QUESTIONÁRIO DESTINADO AO COMISSÁRIO INDIGITADO

Christophe HANSEN

Agricultura e Alimentação

1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal

Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para exercer as funções de comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? De que forma vai contribuir para a aplicação das orientações políticas da Comissão? Como tenciona aplicar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de intervenção que se inserem no âmbito da sua pasta? Como tenciona aplicar a integração da perspetiva dos jovens?

Que garantias de independência pode dar ao Parlamento e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?

Fui deputado ao Parlamento Europeu durante mais de cinco anos, exercendo funções diferentes, em várias comissões. Em 2022, fui eleito questor do Parlamento Europeu. Nesta qualidade, envidei esforços para reforçar a instituição, melhorando as condições que permitem aos seus membros cumprir os respetivos mandatos. Enquanto relator, consegui criar pontes entre os grupos políticos, tal como demonstrado pela obtenção de maiorias muito amplas em sessão plenária sobre dossiês como o Regulamento Subvenções Estrangeiras, o Acordo de Comércio e Cooperação UE-Reino Unido ou a Diretiva Água Potável. Se o Parlamento confirmar que continuarei a servir o projeto europeu como comissário, esta experiência em primeira mão do valor da escuta inclusiva e do compromisso será inestimável.

Tendo crescido numa pequena exploração agrícola familiar na fronteira entre o Luxemburgo e a Bélgica e contribuído para seu o funcionamento, senti desde cedo o impacto positivo da União. Por ter esta experiência direta, enriquecida por um diploma em ciências do ambiente e gestão de riscos, nutro um verdadeiro respeito pelo nosso ambiente, estando fortemente convicto da necessidade de criar meios de subsistência sustentáveis para os que se dedicam à terra e à alimentação, bem como profundamente consciente do papel fundamental que as políticas agrícola e ambiental da UE desempenham. Por conseguinte, estou particularmente satisfeito com o facto de a presidente eleita me ter confiado a pasta da Agricultura e Setor Alimentar. A minha carreira profissional e serviço público centraram-se em questões relacionadas com a natureza e a agricultura, mais recentemente como presidente da comissão para o ambiente, o clima e a biodiversidade e membro da comissão para a agricultura, a viticultura e o desenvolvimento rural na Câmara dos Deputados luxemburguesa. Estas experiências ensinaram-me que a agricultura não está a ser capaz de atrair os jovens.

Congratulo-me com o facto de a presidente eleita me ter atribuído como prioridade o reforço da competitividade, da resiliência e da sustentabilidade do setor agrícola e alimentar. A agricultura apenas poderá fazer face aos desafios futuros assegurando que as gerações vindouras assumem a responsabilidade pela terra com satisfação e dignidade. Partilho plenamente a sua opinião de que tal deve ser feito ouvindo ativamente as preocupações das pessoas das comunidades rurais, que constituem mais de 30 % da população da UE. Assegurarei o seguimento do relatório sobre o diálogo estratégico sobre o futuro da agricultura, que foi incluído de forma proeminente entre quatro relatórios que servirão de base ao trabalho do colégio. Comprometo-me a trabalhar com as partes interessadas e os Estados-Membros, para que os instrumentos pertinentes da PAC destinados a melhorar a participação das mulheres na agricultura e a sua situação nas zonas rurais sejam plenamente utilizados e complementem eficazmente as intervenções nacionais. Trabalharei nesta base para garantir que a futura PAC seja adequada à finalidade visada. Por exemplo, facilitando o acesso das mulheres agricultoras a empréstimos ou a investimentos adicionais para as suas explorações agrícolas. Além disso, velarei por que o meu gabinete respeite o equilíbrio de género.

A renovação geracional e o apoio aos jovens agricultores são questões que me são particularmente caras. Assegurar que a agricultura seja uma atividade viável e atrativa dentro de algumas décadas será o cerne da minha abordagem da política agrícola. Assegurar o futuro da agricultura na Europa significa garantir a sustentabilidade em todos os aspetos, desde a saúde dos solos à resiliência hídrica e à preparação para os riscos climáticos, desde a promoção de zonas rurais prósperas, do investimento e da inovação, incluindo o acesso ao capital, até à garantia da rentabilidade da profissão agrícola e ao reforço da posição dos agricultores na cadeia de valor alimentar. Além de apresentar a estratégia para a renovação geracional, prestarei especial atenção às necessidades e preocupações dos jovens na aplicação da atual PAC, baseando-me nos diálogos sobre a política de juventude anuais, o primeiro dos quais será organizado já nos primeiros 100 dias do mandato do novo colégio.

Ao longo da minha carreira e da minha atividade de serviço público, respeitei as regras em matéria de independência e responsabilização. Continuarei a respeitar plenamente a letra e o espírito dos Tratados, incluindo a obrigação de agir no interesse europeu sem receber quaisquer instruções e, em especial, no que diz respeito às obrigações de total independência, transparência, imparcialidade e disponibilidade para a Comissão. Respeitarei e honrarei plenamente o Código de Conduta dos Membros da Comissão Europeia. Comprometo-me a informar imediatamente a presidente de qualquer situação suscetível de levar a um conflito de interesses no exercício das minhas funções oficiais e, caso seja necessária qualquer alteração, atualizarei a minha declaração de interesses, que será disponibilizada ao público.

2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu

Compromete-se a informar devidamente o Parlamento sobre as suas ações e as dos seus serviços? Em que sentido se considera obrigado a prestar contas perante o Parlamento?

Que compromissos específicos está disposto a assumir quanto à sua colaboração com o Parlamento e à sua presença na instituição, tanto em comissões como em sessão plenária, à transparência, à cooperação e ao seguimento eficaz das posições e dos pedidos de iniciativas legislativas do Parlamento? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposto a transmitir atempadamente ao Parlamento informações e documentos em pé de igualdade com o Conselho?

Estou plenamente empenhado em manter o Parlamento informado das minhas ações e das da Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. A minha experiência enquanto deputado ao Parlamento Europeu e da Câmara dos Deputados luxemburguesa fez com que interiorizasse a responsabilidade perante o Parlamento, o controlo político e o controlo democrático do executivo. Assumirei plenamente a responsabilidade política pelas minhas ações no domínio da Agricultura e Setor Alimentar perante o Parlamento Europeu e os cidadãos europeus que representa. O meu papel de membro do colégio, se a minha indigitação for confirmada, implica, por natureza, o dever de trabalhar com os meus colegas comissários num espírito de colegialidade e lealdade, em conformidade com os métodos de trabalho estabelecidos pela presidente. A agricultura e o setor alimentar estão intrinsecamente ligados a outras políticas, o que torna esta cooperação ainda mais importante. Tendo sido deputado ao Parlamento Europeu durante mais de cinco anos, partilho plenamente as expectativas legítimas do Parlamento em relação aos comissários. O diálogo e os intercâmbios regulares e abertos nas comissões e em plenário são a pedra angular da nossa participação democrática. Será sempre um privilégio regressar ao Parlamento, responder às perguntas dos deputados e manter um elevado nível de confiança mútua, abertura e transparência na nossa cooperação. Nas suas orientações políticas, a presidente eleita salientou a sua determinação em reforçar o diálogo com o Parlamento. Subscrevo plenamente esta abordagem, reconhecendo a importância da cooperação com o Parlamento e os seus deputados eleitos para a eficácia e a legitimidade do processo político da UE. Por este motivo, comprometo-me a participar regularmente nas sessões plenárias do Parlamento e colaborar estreitamente com as comissões com interesse em questões agrícolas e alimentares, com os seus membros, coordenadores e presidentes. Enquanto deputado ao Parlamento, estive quase sempre presente nas sessões plenárias; se a minha indigitação for confirmada, continuarei a impor a mim próprio o mesmo elevado padrão de exigência. Velarei por que a mesma abertura, transparência e cooperação orientem o trabalho do meu Gabinete e dos serviços da Comissão sob a minha responsabilidade.

Assegurarei um acompanhamento efetivo das posições e dos pedidos do Parlamento em matéria de iniciativas legislativas. Assumo a responsabilidade de aplicar, nos meus domínios de competência, as disposições do Acordo-Quadro de 2010 e do Acordo Interinstitucional «Legislar Melhor» de 2016. Tomarei em consideração os pontos de vista do Parlamento e farei tudo o que estiver ao meu alcance para assegurar que as resoluções do Parlamento obtenham uma resposta escrita atempada. Observo que, nas suas orientações políticas, a presidente

eleita assumiu o compromisso de aprofundar a cooperação no âmbito do artigo 225.º do TFUE, solicitando aos comissários que participem em diálogos estruturados com as comissões parlamentares sobre estas resoluções. Terei o prazer de o fazer e podem contar com a minha presença frequente em Bruxelas e em Estrasburgo.

Por último, tive a honra de participar em vários processos legislativos, desde a elaboração e negociação da posição interna do Parlamento até ao cumprimento do mandato em negociações interinstitucionais. Esta experiência deixou-me a profunda convicção da necessidade de igualdade de tratamento entre o Parlamento e o Conselho e da necessidade de uma parceria especial entre o Parlamento e a Comissão. Assim, comprometo-me a aplicar plenamente as disposições dos acordos acima referidos, assegurando a igualdade de tratamento do Parlamento e do Conselho em situação de igualdade de competências. Considero que esta é uma condição prévia para permitir que as três instituições negoceiem com êxito e cheguem a acordos políticos que satisfaçam as expectativas dos cidadãos europeus nos próximos cinco anos.

Perguntas da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

3. As manifestações dos agricultores na primavera foram uma demonstração inequívoca das enormes dificuldades que estes enfrentam. Salientaram, em especial, a necessidade de um rendimento justo, a baixa rentabilidade da agricultura devido aos baixos preços no produtor e aos elevados custos dos fatores de produção, a concorrência desleal das importações de países terceiros e a falta de reciprocidade, bem como a carga regulamentar e a ausência de incentivos para cumprir normas ambientais elevadas na agricultura. Considerando que os agricultores são frequentemente o elo mais fraco da cadeia de abastecimento alimentar e que o seu rendimento é estruturalmente inferior à média de outros setores, quais são as suas sugestões para uma visão sobre a agricultura e o setor alimentar, anunciada na sua carta de missão de comissário indigitado, para assegurar um rendimento justo para os agricultores, melhorar a sua posição na cadeia de abastecimento alimentar, reforçar a transparência na fixação dos preços e atrair jovens agricultores para o setor? Como tenciona, a curto e a longo prazo, atenuar e simplificar ainda mais os encargos administrativos e as obrigações de notificação decorrentes de várias políticas para os agricultores?

Os agricultores e os que tencionam iniciar atividades agrícolas merecem uma visão clara para os sistemas agrícolas e alimentares, que proporcione maior previsibilidade e seja adequada às gerações futuras. Neste ponto de viragem, devemos perguntar-nos: quais são as condições que permitirão aos agricultores continuar a assumir a responsabilidade pelas terras com satisfação e dignidade, para viverem nas suas explorações hoje, amanhã e em 2040?

Muitos agricultores passaram por dificuldades e fizeram ouvir a sua voz este ano. Os rendimentos baixos e instáveis, as relações comerciais desequilibradas na cadeia de valor, os requisitos regulamentares cumulativos, os efeitos das alterações climáticas e a crescente instabilidade geopolítica são desafios que muitas vezes dificultam a agricultura. Não é, portanto, surpreendente que a agricultura não esteja a ser capaz de atrair os jovens.

Quero saudar os agricultores pela notável resiliência demonstrada ao longo dos últimos anos. Conseguiram continuar a fornecer alimentos suficientes, seguros e de elevada qualidade à Europa e aos países terceiros, sendo simultaneamente responsáveis pelas terras, preservando as nossas paisagens, mantendo vivo o nosso património cultural e dinâmicas as nossas zonas rurais. Se a minha indigitação for confirmada, prepararei uma Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar nos primeiros 100 dias do meu mandato, trabalhando sob a orientação da presidente e em cooperação com outros membros do colégio. Será um roteiro para futuras iniciativas que abrangerá um vasto conjunto de questões estratégicas para a agricultura e o setor alimentar.

Esta visão analisará toda a cadeia de valor agroalimentar e proporá um rumo para assegurar a competitividade, a sustentabilidade, a rentabilidade e a atratividade a longo prazo do setor, mantendo a diversidade da agricultura em todo o continente europeu. Abordará, nomeadamente, a situação socioeconómica dos agricultores e, em especial, os seus rendimentos, tornando as cadeias de valor mais justas, reforçando a resiliência das explorações agrícolas, incentivando práticas agrícolas sustentáveis, reduzindo as perdas e o desperdício alimentares, gerindo e reduzindo os encargos administrativos decorrentes da legislação nacional e europeia e dos requisitos de comunicação de informações e estimulando o conhecimento, a inovação e o investimento.

A visão definirá a forma como iremos avançar nestes domínios fundamentais, trabalhando em conjunto com as partes interessadas, os Estados-Membros e o Parlamento Europeu. Basear-se-á no relatório do diálogo estratégico sobre o futuro da agricultura na UE e analisará todas as perspetivas pertinentes, nomeadamente do Parlamento Europeu e do Conselho.

A criação de condições para inverter a tendência de lenta renovação geracional, garantindo que a agricultura continuará a ser uma vocação viável e atrativa daqui a décadas, será o cerne da minha visão. Os dados mais recentes revelam que apenas 12 % de todas as explorações agrícolas da UE são geridas por agricultores com menos de 40 anos de idade. Precisamos de uma ação ambiciosa que garanta o futuro da agricultura para as gerações vindouras. Temos de assegurar que a próxima geração possa continuar a realizar-se na sua atividade agrícola, fornecendo alimentos de elevada qualidade, com sistemas de produção em que a natureza e a agricultura sejam indissociáveis. Um jovem agricultor necessita de um rendimento justo, solos férteis, acesso à terra e ao capital, competências adequadas, tecnologia e material de melhoramento inovador, com sistemas de produção vegetal e pecuária resilientes que também satisfaçam as exigências dos consumidores, e produção sustentável em zonas rurais atrativas.

Por este motivo, irei colaborar estreitamente com os jovens agricultores e a juventude europeia, nomeadamente através de um Diálogo sobre a Política de Juventude nos primeiros 100 dias do novo mandato, a fim de desenvolver uma estratégia para a renovação geracional. Esta estratégia terá por objetivo permitir que os jovens agricultores dediquem plenamente o seu espírito empresarial e o seu potencial de inovação ao futuro do setor. Incluirá medidas concretas e inovadoras para combater melhor os principais obstáculos à renovação geracional, incluindo o acesso à terra, ao crédito e ao conhecimento. Uma delas será um observatório fundiário europeu que nos ajudaria a promover a transparência no mercado fundiário, nomeadamente através de um mecanismo para analisar a origem dos investimentos em terras e explorações agrícolas.

Um rendimento agrícola justo e suficiente é uma condição fundamental para que os agricultores permaneçam nesta profissão e para que os jovens e os novos agricultores a ela se dediquem. No entanto, atualmente, os rendimentos dos agricultores são, em média, muito inferiores aos salários médios na UE. Muitos agricultores não dispõem dos meios necessários para investir na transição. Esta situação desequilibrada tem de mudar. Os agricultores devem obter melhores receitas do mercado, que também lhes permitam realizar os investimentos necessários para se prepararem para o futuro e tornarem as suas explorações mais resilientes.

Com esse fim em vista, se a minha indigitação for confirmada, defenderei um conjunto abrangente de medidas. Devemos recorrer a todas as fontes de rendimento: rendimento proveniente do mercado, apoio público ao rendimento e novas fontes de rendimento alternativas, como a carbonicultura. O objetivo último da nossa política deve ser assegurar que o mercado recompense os agricultores de forma mais adequada, protegendo simultaneamente os solos e o ambiente, a fim de garantir que a base da agricultura seja sustentada para as gerações vindouras. Obviamente, o apoio no âmbito da PAC continua a ser essencial para apoiar os agricultores, recompensá-los por serviços ecossistémicos e compensar o trabalho em zonas com condicionantes naturais, bem como para apoiar investimentos na atenuação das alterações climáticas, na adaptação às mesmas e no cumprimento das obrigações ambientais. No que diz respeito à política agrícola comum, devemos torná-la mais simples e mais específica e encontrar o justo equilíbrio entre incentivos, investimentos e regulamentação. Velarei por que a PAC preste apoio socioeconómico aos agricultores mais necessitados, nomeadamente aos pequenos agricultores, proporcione incentivos aos serviços ecossistémicos e apoie as nossas zonas rurais.

Para que os agricultores obtenham receitas dignas do mercado, devem poder negociar preços justos. No entanto, atualmente, muitos agricultores não estão em condições de o fazer devido ao menor poder de negociação de que dispõem e à falta de transparência do mercado. Estou empenhado em continuar a reforçar o poder de negociação dos agricultores e em minimizar o risco de estes serem sistematicamente forçados a vender abaixo dos custos de produção.

Se a minha indigitação for confirmada, traçarei o rumo para o fazer na Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar. Em primeiro lugar, precisamos de ajudar os agricultores a utilizar melhor os instrumentos existentes, nomeadamente a possibilidade de aderir às organizações de produtores e respetivas associações. Em segundo lugar, recomendarei que a Comissão proponha rapidamente alterações específicas ao Regulamento Organização Comum dos Mercados, a fim de reforçar a posição dos produtores na negociação e celebração de contratos de fornecimento de produtos agrícolas, promover a cooperação e melhorar a transmissão dos preços. Do mesmo modo, a fim de continuar a proteger os agricultores contra as práticas comerciais desleais, recomendarei que a Comissão proponha novas regras de aplicação transfronteiras no âmbito da Diretiva Práticas Comerciais Desleais. Com base nos resultados da avaliação em curso da Diretiva Práticas Comerciais Desleais, ponderarei, em estreito intercâmbio com todas as partes interessadas, a possibilidade de efetuar uma revisão das regras em vigor. Além disso, tenciono reforçar a confiança entre os operadores da cadeia de valor, aumentando a transparência na formação e transmissão dos preços, utilizando os conhecimentos do novo observatório da cadeia agroalimentar.

Por último, estabelecerei como uma prioridade a simplificação e a execução eficiente. A simplificação das políticas e o acesso aos instrumentos adequados são uma necessidade para uma agricultura mais competitiva. Simultaneamente, a comunicação de informações e os controlos relevantes são necessários para acompanhar adequadamente a consecução dos nossos objetivos estratégicos, nomeadamente os ambientais. Por conseguinte, a minha visão para o futuro procurará um equilíbrio: permitir que os agricultores cultivem as suas terras sem burocracia excessiva, proporcionando simultaneamente o nível adequado de garantia sobre a forma como o dinheiro da UE é gasto, com base no direcionamento e no desempenho adequados. Para o efeito, devemos aproveitar os benefícios das tecnologias e ferramentas digitais, reduzindo simultaneamente os encargos para os pequenos beneficiários através de regimes simples e eliminando o fosso digital entre os agricultores mais jovens e os agricultores mais velhos.

A Comissão está atualmente a analisar exaustivamente os encargos administrativos para os agricultores e as autoridades nacionais; ainda existe muita margem para melhorias e comprometo-me a ir mais longe, com base nos resultados da análise em curso. Tenciono colaborar estreitamente com os restantes membros do colégio, bem como com as partes interessadas, os Estados-Membros e o Parlamento Europeu, a fim de reduzir ainda mais os encargos administrativos para os agricultores em toda a legislação europeia que afeta o setor agrícola. Além disso, a redução dos encargos para os agricultores e a racionalização da PAC serão uma prioridade para as propostas da PAC após 2027.

4. Sr. comissário indigitado, qual é a sua opinião sobre as repercussões do alargamento no que diz respeito à futura PAC, sobretudo o futuro dos pagamentos diretos? De que modo tenciona evitar ou atenuar os eventuais efeitos negativos do processo de alargamento nos mercados e nos produtores agrícolas da UE? Considera atualmente necessário continuar a regulamentar a entrada de produtos ucranianos, a fim de evitar a desestabilização dos mercados agrícolas da UE? Considera suficientes as medidas de proteção em vigor desde junho passado? De um modo mais geral, qual é a sua opinião sobre a atual renegociação do acordo de comércio livre com a Ucrânia?

A política de alargamento da UE é, mais do que nunca, um investimento geoestratégico em termos de paz, estabilidade, influência, competitividade e segurança a longo prazo, incluindo a segurança do setor agroalimentar, para o nosso continente. Devemos apoiar os candidatos e os potenciais candidatos ao longo das respetivas trajetórias de adesão à UE e preparar-nos para acolher novos membros na União.

O alargamento aos países candidatos poderá reforçar o papel da UE enquanto interveniente geoestratégico no setor agrícola e o nosso apoio à segurança alimentar mundial e aumentar significativamente a autonomia estratégica da UE em matéria de géneros alimentícios, alimentos para animais, biomassa e solos, numa altura de riscos crescentes devido às alterações climáticas. Implicará igualmente desafios, mas este não é o primeiro alargamento da UE, nem é a primeira vez que precisamos de refletir sobre o futuro da PAC numa União alargada. Este objetivo foi anteriormente alcançado através do ajustamento das políticas da UE previamente à adesão; nomeadamente através de um processo de adesão rigoroso, garantindo a devida preparação dos países candidatos antes da adesão, e através da concessão de assistência específica. Esta abordagem contribuiu para colmatar as disparidades existentes entre antigos e novos Estados-Membros. A adesão formal à UE não resultou num choque disruptivo entre os novos e os antigos Estados-Membros, constituindo antes uma etapa adicional para uma integração harmoniosa dos novos países aderentes no plano das políticas e do orçamento da UE. Esta abordagem foi, sempre que necessário, complementada por períodos transitórios após a adesão, como a progressiva introdução de fundos e do acesso ao mercado de trabalho da UE, bem como pela integração gradual no mercado interno.

Trabalharei em estreita colaboração com a comissária responsável pelo Alargamento, os Estados-Membros, os países do alargamento e as partes interessadas para debater o futuro da agricultura numa União de maior dimensão. É necessário avaliar o potencial impacto do alargamento na agricultura dos atuais Estados-Membros, tendo em conta várias incertezas:

- as estruturas agrícolas e a capacidade de produção dos países do alargamento até à data da adesão;

- o apoio que os países do alargamento poderão vir a receber para apoiar a adaptação do seu setor agrícola (por exemplo, programas do Instrumento de Assistência de Pré-Adesão);

- a evolução contínua dos setores agrícolas, que não são de todo estáticos, e dos padrões de consumo na UE, nos países do alargamento e a nível mundial.

Devemos recordar que a adesão é e continuará a ser um processo baseado no mérito, inteiramente dependente dos progressos objetivos alcançados por cada parceiro, começando pelos critérios fundamentais para a adesão à UE, nomeadamente a democracia, o Estado de direito e as reformas económicas e da administração pública.

Por conseguinte, com ou sem o alargamento, devemos tornar a política agrícola comum mais simples e mais específica e encontrar o justo equilíbrio entre incentivos, investimentos e regulamentação. As necessidades específicas de uma União de maior dimensão vêm juntar-se à necessidade inevitável de uma política agrícola comum modernizada e mais simples. O alargamento é, pois, a oportunidade — embora não o fator de desencadeamento — de garantir que as nossas despesas estão mais bem alinhadas com os nossos objetivos políticos atuais e futuros.

Estou confiante de que, tal como no passado, poderemos adaptar e preparar a PAC para as realidades de uma União de maior dimensão, assegurando que esta continua a ser eficaz e beneficia os agricultores atuais e futuros em todas as regiões de uma UE alargada.

No que diz respeito às relações comerciais com a Ucrânia, permitam-me, em primeiro lugar, reiterar que estou ao lado da Ucrânia e subscrevo o pleno empenho da presidente Ursula von der Leyen em prosseguir o nosso apoio inabalável à Ucrânia à luz da guerra de agressão ilegal da Rússia contra a Ucrânia. Para apoiar a economia ucraniana, foram tomadas medidas imediatas sob a forma de medidas comerciais autónomas da UE que concederam à Ucrânia a plena liberalização do comércio a partir de junho de 2022. Tendo em conta a potencial pressão sobre os mercados dos países vizinhos, o atual regulamento relativo a medidas comerciais autónomas a favor da Ucrânia inclui mecanismos para dar resposta a preocupações graves dos produtores da UE, sob a forma de disposições de salvaguarda reforçadas, o que contribuiu para estabilizar os mercados mais sensíveis e enviou sinais positivos no que diz respeito à perspetiva a mais longo prazo.

Numa perspetiva de futuro, reconheço a necessidade de um acordo mais estável e estrutural com a Ucrânia sobre o comércio recíproco de produtos agroalimentares. A Comissão já se comprometeu a dar início a conversações com a Ucrânia tendo em vista uma maior liberalização do comércio permanente e recíproca, tal como previsto no Acordo de Associação UE-Ucrânia. A revisão da zona de comércio livre abrangente e aprofundado (ZCLAA) contribuirá igualmente para a integração gradual da Ucrânia no mercado único, beneficiando os cidadãos e as empresas tanto da UE como da Ucrânia. Terá em conta os ensinamentos retirados da atual liberalização e proporcionará segurança económica e trocas comerciais estáveis entre a UE e a Ucrânia nos próximos anos. O objetivo é dar aos operadores ucranianos oportunidades contínuas de exportar produtos agroalimentares para a UE, dando simultaneamente resposta às preocupações das partes interessadas da UE, em especial em setores específicos em que o aumento das importações provenientes da Ucrânia possa afetar negativamente a situação nos mercados. Do mesmo modo, os operadores da UE terão melhor acesso ao mercado ucraniano. Estarei atento aos interesses dos agricultores da UE e assegurarei que o tratamento dos setores sensíveis no âmbito deste processo encontre o justo equilíbrio. Além disso, no âmbito desta abertura permanente e recíproca do mercado, a Comissão tenciona associar um melhor acesso dos produtos agrícolas ucranianos ao mercado europeu ao cumprimento gradual, por parte da Ucrânia, das normas de produção pertinentes da UE.

5. A agricultura está mais dependente do que quase todos os outros setores de fatores externos como acontecimentos climáticos, mercados voláteis ou circunstâncias geopolíticas, sobre os quais tem pouca ou nenhuma influência. Um setor agrícola resiliente e uma gestão de crises sólida são, portanto, essenciais para a futura política agrícola. Na qualidade de comissário indigitado, quais são as suas ideias para melhorar a resiliência e a gestão de crises e de riscos do setor agrícola, nomeadamente sobre a reserva para crises, tendo em conta os desafios externos acima referidos? Em especial, como tenciona fazer face aos desafios relacionados com a água, designadamente a disponibilidade de água, que estão a tornar-se cada vez mais questões-chave na produção agrícola?

Devido às alterações climáticas e aos fenómenos meteorológicos extremos, à perda de biodiversidade e à poluição, bem como à perda de terras agrícolas, florestais e outras terras seminaturais e naturais, a Europa é confrontada com riscos e vulnerabilidades crescentes. A avaliação europeia dos riscos climáticos de março deste ano salienta que a produção vegetal já enfrenta níveis de risco críticos no sul da Europa. Além disso, a evolução geopolítica e a evolução económica conexa exercem cada vez mais pressão sobre a agricultura e os sistemas alimentares. Trata-se, incontestavelmente, de enormes desafios para o setor agroalimentar da UE, num contexto nacional e mundial muito competitivo. Simultaneamente, o setor agroalimentar da UE dispõe de muitos trunfos, nomeadamente os agricultores europeus e a diversidade do território da UE.

O setor agrícola e alimentar da UE já está envolvido numa transição, que visa tornar o setor mais resiliente e sustentável, atenuar e continuar a adaptação às alterações climáticas e reduzir o seu impacto no ambiente, continuando simultaneamente a contribuir para a segurança alimentar da UE e mundial. Devemo-lo aos agricultores e empresários inovadores e qualificados do setor. Importa reconhecer este facto.

Se a minha indigitação for confirmada, assegurar-me-ei de que intensificamos os nossos esforços para acompanhar os agricultores e as empresas nesta transição e criar um ambiente propício que permita a cada agricultor e empresário da UE encontrar o modelo empresarial que melhor se adapte à sua realidade geográfica e climática. Tal como sublinhado no diálogo estratégico, o reforço da resiliência transformadora do setor agroalimentar deve combinar soluções tanto a curto como a longo prazo.

Defenderei uma política de rendimentos da UE para os agricultores europeus.

Para nos prepararmos para o futuro, precisamos de abordar da melhor forma a preparação para os riscos climáticos e a gestão de crises, assegurando que as necessidades das zonas rurais são especificamente tidas em conta. Uma abordagem política eficiente e eficaz da gestão dos riscos na agricultura deve ter em conta as interações e as soluções de compromisso entre os diferentes riscos, as estratégias adotadas ao nível das explorações, as soluções de mercado e para a cadeia de abastecimento e as políticas governamentais. Embora sejam necessários instrumentos de gestão de crises para fazer face a acontecimentos catastróficos a curto prazo, não devem limitar as mudanças transformadoras e a adoção de soluções a mais longo prazo pelos agricultores. É importante que as políticas de gestão de riscos e de crises contribuam para a transformação rumo a um setor agrícola resiliente e sustentável.

Dado que os custos relacionados com os acontecimentos excecionais tornam os seguros agrícolas cada vez mais arriscados para os operadores, são necessárias abordagens inovadoras. Mais concretamente: os regimes de seguros existentes tornar-se-ão menos viáveis do ponto de vista financeiro, tanto para os operadores como para os segurados. Para combater esta espiral negativa, devemos partilhar melhor os riscos, reduzir os riscos para atrair mais financiamento privado e proporcionar um ambiente propício, trabalhando, por exemplo, na transparência do mercado. Comprometo-me a trabalhar para melhorar a oferta de instrumentos de gestão dos riscos agrícolas em todos os Estados-Membros da UE.

Irei também rever o conjunto de instrumentos existentes no âmbito da PAC e avaliar a melhor forma de os melhorar, a fim de reforçar a resiliência do sistema agrícola europeu e de «eliminar» os riscos para os intervenientes no mercado. A meu ver, a PAC deve centrar-se cada vez mais em incentivos e instrumentos que promovam a adaptação e a resiliência das explorações agrícolas a longo prazo e, simultaneamente, tornem os seguros menos arriscados e onerosos.

Além dos instrumentos de gestão de riscos, os instrumentos de preparação e resposta a situações de crise são essenciais, uma vez que mesmo as medidas mais eficazes de prevenção e gestão de riscos não podem evitar a ocorrência de crises e choques que os agricultores não são capazes de absorver sozinhos, sejam eles climáticos, ambientais, (geo)económicos ou (geo)políticos. Tal é claramente referido nas recomendações apresentadas no âmbito do diálogo estratégico sobre o futuro da agricultura na UE.

Se a minha indigitação for confirmada, prosseguirei e aprofundarei os esforços recentemente envidados no âmbito do Mecanismo Europeu de Preparação e Resposta a Crises de Segurança Alimentar, enquanto contributo fundamental para a estratégia de preparação da União no que diz respeito ao abastecimento alimentar e à segurança alimentar. Neste contexto, aguardo com expectativa o próximo relatório de Niinistö sobre a forma de reforçar a preparação e a prontidão civis e de defesa da Europa, devendo a segurança alimentar ser considerada uma componente de importância crítica em qualquer preparação.

Em termos de resposta, as medidas excecionais da organização comum dos mercados e a reserva agrícola prestaram apoio atempado aos agricultores da UE confrontados com uma grande variedade de circunstâncias que afetaram a sua viabilidade económica, desde perturbações do mercado devido a circunstâncias geopolíticas, à luta contra a propagação de doenças animais e aos impactos de fenómenos meteorológicos adversos extremos e catástrofes naturais sem precedentes. Creio que os instrumentos de crise constituem um sinal importante do cuidado das autoridades públicas e da solidariedade europeia para com os nossos agricultores. No futuro, temos de garantir que a gestão de crises e a preparação para crises não se tornam um desincentivo para os agricultores adotarem estratégias de gestão dos riscos nas suas explorações agrícolas, por exemplo, a mudança para práticas agrícolas mais resilientes.

Será igualmente muito importante prosseguir e intensificar os esforços para tornar o nosso setor agrícola mais resiliente às alterações climáticas e, em especial, a fenómenos meteorológicos extremos, como inundações e secas, mas também ao aquecimento global e às alterações nos padrões de precipitação. A resiliência hídrica do setor agrícola não é uma opção mas uma necessidade. Trabalharei em estreita colaboração com o comissário do Ambiente, Resiliência Hídrica e Economia Circular Competitiva para conceber a Estratégia de Resiliência Hídrica, que terá por objetivo ajudar os agricultores a alcançar uma agricultura inteligente na gestão da água.

O apoio da PAC continua a ser essencial para as ações destinadas a melhorar a saúde dos solos (com efeitos positivos na limitação da erosão ou na criação de capacidades de absorção que ajudem a combater o excesso de água e a seca), a manter e criar características paisagísticas com efeitos atenuantes, bem como a investir em melhores infraestruturas de irrigação e reutilização da água, a apoiar a agricultura de precisão e a aumentar a resiliência das culturas e variedades. Devem ser promovidas novas abordagens a nível da paisagem. Do mesmo modo, o reforço do papel dos serviços de aconselhamento em todo o território da UE é essencial para apoiar os agricultores que se empenhem em práticas e sistemas mais resilientes, adaptados à sua exposição geográfica e climática local, que criam situações vantajosas para todos, uma vez que tornam as empresas agrícolas mais atrativas para as seguradoras.

Devemos recompensar os agricultores que contribuem para a proteção ou o restauro dos serviços ecossistémicos. Trabalharemos neste sentido para o período pós-2027, embora os Estados-Membros já tenham avançado nesta direção, por exemplo, através dos chamados regimes ecológicos e instrumentos agroambientais e climáticos.

Creio que são necessárias mudanças mais profundas nas regiões mais vulneráveis. Teremos de antecipar coletivamente os efeitos das alterações climáticas a mais longo prazo — nomeadamente nos recursos hídricos — e garantir que o setor se adapte para alcançar a resiliência a longo prazo. Tal implica a diversificação ou transformação das explorações agrícolas, o desenvolvimento de novos mercados e investigação e inovação específicas. Estarei também atento a esta questão.

6. O setor agrícola tem, nos últimos tempos, envidado grandes esforços, nomeadamente através de apoio específico no âmbito da PAC, para se tornar mais respeitador do ambiente e do clima. A agricultura já contribui significativamente para a execução das metas da UE em matéria de clima, biodiversidade e ambiente e continuará a fazê-lo no futuro, tendo simultaneamente em conta a realidade socioeconómica, a competitividade e a rentabilidade dos setores agrícola e alimentar. De que modo tenciona apoiar os agricultores neste necessário processo de mudança? É possível fazê-lo no âmbito do atual quadro da PAC? Dada a necessidade de aumentar o investimento para garantir a sustentabilidade do setor agrícola, considera necessário aumentar o orçamento da PAC e de que modo asseguraria um financiamento suficiente? Que outros instrumentos públicos e privados considera necessários para apoiar os agricultores na prestação de serviços públicos?

Temos de trabalhar em conjunto para garantir a competitividade e a sustentabilidade a longo prazo do nosso setor agrícola, dentro dos limites do nosso planeta. Só poderemos alcançar este objetivo comum se trabalharmos em conjunto nas três dimensões da sustentabilidade: económica, ambiental e climática, e social. Uma vez que estas três dimensões estão interligadas, não conseguiremos dar prioridade a uma dimensão sem garantir que as outras estão também no bom caminho. Só assim será possível garantir a viabilidade do setor e a segurança alimentar a longo prazo para os cidadãos europeus, através de um abastecimento abundante de alimentos diversificados, de qualidade e a preços acessíveis, bem como a gestão sustentável dos recursos naturais e a prosperidade das zonas rurais.

Se a minha indigitação for confirmada, tenciono tirar partido do que foi alcançado até à data, no âmbito dos planos estratégicos da PAC, bem como através de iniciativas tomadas no âmbito do Pacto Ecológico, reconhecendo os esforços envidados pelos agricultores e pelas administrações nacionais. Tal como recentemente confirmado pelo Tribunal de Contas Europeu no relatório sobre os planos estratégicos da PAC de 30 de setembro de 2024, a «arquitetura ecológica» do Regulamento Planos Estratégicos da PAC para 2023-2027 permite uma maior ambição ambiental e climática da PAC, mas este potencial tem de ser mais bem explorado através dos planos nacionais. Por conseguinte, apoiarei os Estados-Membros na execução eficiente dos seus planos estratégicos da PAC, mas também estou firmemente empenhado em resolver as insuficiências e em tirar o melhor partido possível dos ensinamentos retirados, dos novos dados e das reações das partes interessadas, em cooperação com o Parlamento Europeu e os Estados-Membros.

Por outro lado, creio que os novos planos estratégicos da PAC constituem um instrumento adequado para alcançar os objetivos da política da PAC de forma integrada, uma vez que os Estados-Membros os utilizam para preparar e dar respostas adaptadas aos desafios existentes nos seus territórios. A PAC — enquanto principal fonte de

financiamento europeu para o ambiente — pode assegurar a conciliação da produção com a natureza, o que se traduziu numa maior ambição em vários domínios, com 32 % dos fundos da PAC dedicados a objetivos em matéria de clima, ambiente e bem-estar dos animais (cerca de 97 mil milhões de EUR da dotação dos planos da PAC para 2023-2027).

Ao contrário de outros setores da economia, a produção agrícola baseia-se na natureza e nos ecossistemas, aos quais está indissociavelmente ligada. A manutenção das paisagens, as atividades económicas em zonas rurais remotas e os contributos positivos de determinadas práticas agrícolas para a biodiversidade são externalidades positivas geradas pela agricultura, que é necessário manter. Ao mesmo tempo, temos de reduzir as externalidades negativas, gerir de forma sustentável os recursos naturais e restaurá-los sempre que necessário. A saúde dos solos, a adaptação às alterações climáticas, a polinização, o equilíbrio de nutrientes, a descarbonização e a utilização sustentável de pesticidas e fertilizantes, bem como as suas alternativas, para citar alguns exemplos fundamentais, são essenciais para a viabilidade a longo prazo. Em muitos casos, para a adaptação às alterações climáticas, podem ser necessárias alterações profundas da gestão.

Não podemos esquecer o objetivo da PAC de assegurar um nível de vida equitativo para a comunidade agrícola e garantir a segurança dos abastecimentos a preços razoáveis, tal como estabelecido no artigo 39.º do Tratado. Devemos retirar ensinamentos do que os agricultores expressaram na primavera para conceber e aplicar uma nova abordagem destinada a alcançar a sustentabilidade, apoiar os agricultores na descarbonização e preservar a biodiversidade.

Creio que há margem para promover resultados ambientais e sociais positivos por meio de recompensas e incentivos para os serviços ecossistémicos. Para realizar todas as ambições, teremos também de orientar melhor o apoio. Um sistema de recompensas e incentivos para os serviços ecossistémicos será importante para promover resultados ambientais e sociais positivos. Com o futuro orçamento da UE, devemos assegurar que a PAC é direcionada e que é estabelecido o justo equilíbrio entre incentivos, investimentos e regulamentação. Neste contexto, avaliarei especificamente, entre outras, as melhores opções em termos de condicionalidade para os pagamentos da PAC e darei especial atenção às iniciativas legislativas noutros domínios que tenham um impacto potencial no setor agrícola.

O diálogo estratégico sobre o futuro da agricultura na UE considerou que a consecução dos objetivos da UE em termos de agricultura e produção alimentar, desenvolvimento rural, neutralidade climática e restauro da biodiversidade exige uma ação e reação eficaz e eficiente para alcançar as prioridades, nomeadamente reforçar a competitividade, a resiliência e a sustentabilidade do setor agrícola, a soberania alimentar da UE e fazer uma verdadeira diferença nas nossas comunidades rurais.

Tendo em conta os desafios da transição e da adaptação da agricultura europeia, não nos podemos limitar à PAC para ajudar a financiar e a eliminar os riscos da transição. Muitos agricultores estão dispostos a investir e a mudar, mas não conseguem obter financiamento comercial. Este défice de financiamento, estimado em 62 mil milhões de EUR (2022), aumentou nos últimos anos, estando alguns grupos, como os pequenos ou os jovens agricultores, particularmente desfavorecidos. A diferença é também significativa no que diz respeito aos «investimentos ecológicos», uma vez que não proporcionam um retorno imediato dos investimentos. Tenciono colaborar estreitamente com o Banco Europeu de Investimento, tendo em vista a maximização das fontes de investimento público e, simultaneamente, a mobilização do capital privado e a redução dos riscos conexos. Incentivarei igualmente os Estados-Membros a utilizarem melhor os instrumentos financeiros no âmbito da PAC, bem como o apoio à inovação de ponta e à transferência de conhecimentos.

Continuarei a explorar novos modelos empresariais e oportunidades de fontes de rendimento adicionais para os agricultores, decorrentes de uma economia com impacto neutro no clima e positiva para a natureza, como a bioeconomia (valorização de resíduos, detritos ou biomassa) ou a certificação de agricultura de baixo carbono e a certificação de biodiversidade (créditos de carbono e créditos relativos à natureza). Tornarem-se produtores de energias renováveis pode também ajudar os agricultores a diversificar os seus rendimentos. Devemos ainda envolver nos nossos esforços a indústria alimentar e das bebidas e os consumidores, partilhando responsabilidades. A indústria alimentar depende dos agricultores para obter os fatores de produção: por conseguinte, tem um interesse fundamental num setor agrícola são, sustentável e resiliente. Este setor deve, portanto, contribuir de forma justa para recompensar os agricultores que produzem produtos agrícolas de forma mais sustentável.

7. De que forma pretende desenvolver a pecuária, contribuindo simultaneamente para o plano de ação para o clima? Como tenciona impulsionar a inovação neste domínio? De que modo asseguraria uma aplicação coerente e eficaz da legislação destinada a reduzir as emissões que afetam a pecuária e como evitaria a existência de múltiplos quadros jurídicos e de encargos administrativos adicionais para os agricultores?

O efetivo de animais da UE continua a diminuir, com uma diminuição de 7,8 % nos últimos dez anos, mas que não está uniformemente repartida por toda a UE. O número de bovinos diminuiu em 5 %, o de suínos em 6 %, o de ovinos em 9 % e o de caprinos em 15 % (2023, em comparação com 2013).

Assegurar um setor pecuário sustentável e competitivo na UE é não só uma prioridade agrícola como um objetivo estratégico, que se articula com objetivos mais vastos de sustentabilidade ambiental, social e económica. Trata-se de um pilar fundamental do sistema agroalimentar da UE, que contribui para a segurança alimentar, o emprego rural e a preservação da diversidade e beleza das paisagens em toda a Europa, bem como do nosso património cultural. Quando se baseia em explorações agrícolas familiares, pode desempenhar um papel central na manutenção da vitalidade rural. Nas regiões montanhosas ou nas zonas com condicionantes naturais, a pecuária é frequentemente a única atividade económica viável, sem a qual estas zonas poderiam enfrentar o abandono das terras, um maior despovoamento, a perda de emprego e a estagnação económica. Simultaneamente, temos de abordar os impactos climáticos e ambientais bem conhecidos da pecuária na água, no ar, no solo e na natureza.

Tenciono melhorar o desempenho do setor pecuário em termos de sustentabilidade económica, ambiental e social, dotando-o de um quadro propício no âmbito da PAC, coerente com outras políticas, nomeadamente em matéria de clima e ambiente. Velarei por que este objetivo se traduza numa abordagem holística que resulte em princípios orientadores claros a aplicar tanto ao nível das explorações agrícolas como ao longo de toda a cadeia de abastecimento. Terei como permanente preocupação a redução dos encargos administrativos que pesam sobre os agricultores.

Embora as emissões de origem agrícola tenham vindo a diminuir ligeiramente na UE nas últimas duas décadas, uma tendência que se espera que continue no futuro, o setor da pecuária deve prosseguir a transição para práticas mais sustentáveis. Do mesmo modo, é importante salientar que, em algumas zonas específicas, a pressão da pecuária ultrapassou os limites e que é necessário intervir para restabelecer o equilíbrio. Tal exige uma abordagem abrangente e a PAC deve continuar a dotar os Estados-Membros dos instrumentos necessários para enfrentar esses desafios, por exemplo, a promoção de práticas sustentáveis, a criação de modelos empresariais alternativos, o apoio à investigação e ao desenvolvimento e a adoção de novas tecnologias.

Os sistemas baseados em pastagens, por exemplo, prestam múltiplos serviços ambientais. Os ruminantes que pastam representam soluções baseadas na natureza: gerem a biomassa dos prados, reduzem o risco de incêndios florestais e favorecem o armazenamento de carbono no solo. Os animais que pastam ajudam a manter a saúde dos ecossistemas, aumentando a fertilidade dos solos através do retorno da matéria orgânica e do azoto. O pastoreio também favorece a biodiversidade: por exemplo, o estrume depositado cria *habitats* para insetos e aves. Além disso, os sistemas pecuários à base de pasto contribuem para o sequestro de carbono nos solos e para a atenuação das alterações climáticas. Os sistemas de pecuária extensiva também proporcionam um meio sustentável de produção alimentar em territórios onde a produção vegetal não é viável, reforçando ainda mais o seu papel na adaptação às alterações climáticas. Estas práticas sustentáveis devem ser apoiadas e recompensadas pelos mercados.

São essenciais abordagens específicas que tenham em conta as condições locais, as práticas agrícolas e as realidades económicas.

Embora tenham sido envidados muitos esforços, é necessário reduzir ainda mais as emissões. Começaremos por melhorar a medição das emissões de gases com efeito de estufa, tanto a nível das explorações agrícolas como a nível nacional, a fim de possibilitar a obtenção de dados consolidados a nível da UE. É necessário identificar melhor os efeitos das boas práticas na redução das emissões de origem agrícola, uma vez que estas não são suficientemente reconhecidas pelos mercados nem nos inventários nacionais de gases com efeito de estufa. Além disso, a inovação tecnológica desempenhará um papel crucial nesta transição. A agricultura de precisão, os programas de criação específicos, a melhoria das práticas de saúde animal, os aditivos para a alimentação animal redutores de metano, a gestão do estrume, a gestão integrada do pastoreio e as soluções inovadoras em matéria de alimentos para animais serão fundamentais para reduzir a pegada ambiental da pecuária. Prestarei especial atenção ao programa de investigação e inovação em curso e assegurar-me-ei de que os seus resultados promissores sejam postos à disposição de todos; estas abordagens respeitadoras do clima deverão ser implementadas no terreno.

Existem vários princípios orientadores para o futuro do setor: os dados científicos, as consultas das partes interessadas e a inovação tecnológica. Ao conceber perspetivas a longo prazo para o setor, velarei por que os debates se baseiem em dados científicos sólidos, para que as decisões políticas sejam fundamentadas por factos e que todas as partes interessadas — incluindo os agricultores, os consumidores, a sociedade civil, os cientistas e os decisores políticos — participem na definição do futuro do setor e traduzam a inovação em termos práticos.

Tal como referido anteriormente, se a minha indigitação for confirmada, nos primeiros 100 dias do novo mandato prepararei, com base nas recomendações do diálogo estratégico, uma Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar, da qual fará parte integrante o futuro da pecuária. Apoiando a inovação e promovendo soluções específicas, podemos construir um futuro resiliente e sustentável para a pecuária da UE.

Perguntas da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar

8. De que forma tenciona cumprir os objetivos ambientais e climáticos (em matéria de emissões de gases com efeito de estufa, nomeadamente de metano), assegurando simultaneamente a sustentabilidade económica e social dos agricultores da UE, bem como o seu papel na garantia da segurança alimentar da UE? Pode fornecer pormenores sobre o sistema de avaliação comparativa proposto para os sistemas de certificação da sustentabilidade para harmonizar as metodologias relativas às avaliações da sustentabilidade das explorações agrícolas? Em que critérios se baseará? De que modo diminuirá o ónus administrativo do setor? Como tenciona alcançar a meta da UE para 2030 em matéria de agricultura biológica? De que forma planeia trabalhar em conjunto com o comissário da Saúde, Bem-Estar Animal na Abordagem «Uma Só Saúde» e no quadro legislativo sobre sistemas alimentares sustentáveis? Quanto a este último ponto, tenciona incluir esta proposta no programa de trabalho da Comissão para 2025? Como tenciona garantir que o referido quadro legislativo abranja todas as partes interessadas e siga uma abordagem integrada para promover a sustentabilidade em toda a cadeia de valor, desde a agricultura à redução do desperdício alimentar, ao bem-estar dos animais e a regimes alimentares mais saudáveis e sustentáveis e a alimentos de elevada qualidade?

Tendo em conta o impacto da agricultura e dos sistemas alimentares no clima e no ambiente, precisamos de uma abordagem conjunta e coerente sobre a forma como as diferentes partes do sistema alimentar contribuem para os objetivos climáticos e fazem face aos desafios ambientais. O setor da agricultura, tal como qualquer outro, deve desempenhar o seu papel. A produção alimentar baseia-se na natureza e nos ecossistemas, aos quais está indissociavelmente ligada. Sem solos saudáveis, os nossos agricultores não obtêm rendimentos.

A fim de assegurar resultados em matéria de objetivos ambientais e climáticos, é necessária uma maior ênfase nos incentivos e nos investimentos, a fim de alcançar o justo equilíbrio entre incentivos, investimentos e regulamentação. Por conseguinte, tenciono tirar partido dos importantes esforços em matéria de ambiente e clima já realizados no âmbito do atual quadro de apoio da PAC e, paralelamente, no âmbito da legislação ambiental e climática aprovada ou apresentada, incluindo o Regulamento Restauro da Natureza. No interesse da própria agricultura, temos de assegurar eficazmente a fertilidade dos solos, reduzir as perdas de nutrientes e restaurar a biodiversidade e os seus serviços, sem penalizar os agricultores.

No âmbito da PAC, deve ser dada maior atenção às emissões, em primeiro lugar melhorando a medição das emissões de gases com efeito de estufa, tanto a nível nacional como das explorações agrícolas, a fim de possibilitar a obtenção de dados consolidados a nível da UE. É necessário identificar melhor os efeitos das boas práticas na redução das emissões de origem agrícola, uma vez que já foram envidados muitos esforços, que não são suficientemente reconhecidos pelos mercados nem nos inventários nacionais de gases com efeito de estufa. Em segundo lugar, a redução das emissões provenientes da agricultura, incluindo o metano, exigirá o reforço de determinados instrumentos no âmbito da PAC e um maior direcionamento do apoio, nomeadamente em territórios específicos ou na zootecnia, bem como inovações na gestão do estrume.

Existem oportunidades para uma agricultura sustentável do ponto de vista ambiental e economicamente viável, tal como demonstrado pelo setor biológico. Estou muito confiante quanto ao potencial do setor na UE e tenciono continuar a manter a tónica no seu desenvolvimento. Atualmente, os planos estratégicos da PAC preveem um apoio substancial e objetivos ambiciosos para o setor biológico, sendo importante manter o apoio para facilitar a conversão e a manutenção da agricultura biológica. Devemos estar igualmente atentos ao apoio ao desenvolvimento da procura de produtos biológicos no mercado e ao incentivo ao consumo, por exemplo através de uma política de promoção ou de alterações das regras em matéria de contratos públicos.

Existem interligações claras entre a saúde humana, animal e vegetal e o ambiente, tal como reconhece a abordagem «Uma Só Saúde». Para preservar a resiliência a longo prazo do sistema alimentar da UE, é cada vez mais necessário

manter uma perspetiva holística, mas para alcançar este objetivo a longo prazo devemos adotar uma nova abordagem da sustentabilidade, tal como também recomendado no diálogo estratégico. Em vez de elaborar novas propostas legislativas, podemos alcançar os nossos objetivos melhorando a aplicação e a execução da legislação existente, utilizando simultaneamente incentivos e novos instrumentos baseados no mercado para promover a mudança. Para o efeito, tenciono colaborar estreitamente com o comissário da Saúde, Bem-Estar Animal, bem como com o comissário das Pescas e Oceanos, a comissária do Ambiente, Resiliência Hídrica e Economia Circular Competitiva e o comissário do Clima, Neutralidade Carbónica e Crescimento Limpo, entre outros.

Será fundamental uma abordagem pragmática e ascendente, que tenha em conta as necessidades específicas dos agricultores. Tenciono, nomeadamente, colaborar com os agricultores, bem como com todos os intervenientes na cadeia de abastecimento alimentar, os representantes dos consumidores e a comunidade científica, no desenvolvimento de uma avaliação harmonizada da sustentabilidade nas explorações agrícolas: o sistema de avaliação comparativa. Baseando-se nos sistemas públicos e privados existentes e tendo em conta as realidades das explorações agrícolas, pode ajudar os agricultores a registar os dados sobre a sustentabilidade apenas uma vez, reduzindo assim os encargos administrativos. Melhoraria a capacidade dos agricultores para aferirem o seu desempenho em matéria de sustentabilidade e poria em evidência as tensões existentes entre as diferentes dimensões da sustentabilidade. Poderá servir de base para eventuais regimes de sustentabilidade públicos ou privados, como indicado no relatório sobre o diálogo estratégico. A criação de um sistema de avaliação comparativa a nível da UE no setor agroalimentar será um instrumento destinado a incentivar os agricultores a adotar práticas sustentáveis e permitir-lhes-á demonstrá-lo para obterem uma melhor remuneração do mercado.
O diálogo estratégico identifica igualmente como sendo fundamental, para a saúde e o bem-estar dos cidadãos, a promoção de uma transição para regimes alimentares mais equilibrados. Se a minha indigitação for confirmada, colaborarei com o comissário da Saúde, Bem-Estar Animal para avançar neste domínio, reconhecendo simultaneamente os limites das competências da UE em matéria de consumo alimentar. Além disso, a alimentação tem uma forte dimensão social e cultural: as autoridades nacionais e regionais estão em melhores condições para agir, uma vez que são responsáveis pela educação, pela saúde pública e pela fiscalidade, elementos fundamentais para promover regimes alimentares sustentáveis e saudáveis. No entanto, há domínios em que a UE pode acrescentar valor e apoiar ou complementar estes esforços.

Estou empenhado em prosseguir o programa de promoção da UE para os produtos agrícolas e alimentares, em consonância com o apoio generalizado dos Estados-Membros e do Parlamento Europeu.

Além disso, estou igualmente empenhado em prosseguir e reforçar a eficácia do regime da UE de distribuição nas escolas. É um instrumento único a nível da UE, destinado ao público mais importante, ou seja, as crianças em idade escolar, que devem não só beneficiar de produtos agrícolas variados e saudáveis, como a fruta, os produtos hortícolas e os produtos lácteos, mas também aprender mais sobre a agricultura, o ambiente e os regimes alimentares equilibrados. Além disso, as regras da UE em matéria de contratos públicos permitem que as autoridades públicas, ao adquirirem alimentos, tenham em conta determinados critérios de sustentabilidade. Também neste aspeto, estou empenhado em colaborar com o vice-presidente executivo da Prosperidade e Estratégia Industrial e com o comissário da Saúde, Bem-Estar Animal.

A melhoria do bem-estar dos animais de criação tem benefícios tangíveis para os agricultores, reduzindo os riscos de surtos de doenças, bem como a utilização de medicamentos, com um impacto positivo na redução da resistência antimicrobiana, da morbilidade e das taxas de mortalidade, e aumentando a rentabilidade da pecuária. A atual PAC ajuda os agricultores a alcançar níveis mais elevados de bem-estar e saúde dos animais. Se a minha indigitação for confirmada, colaborarei estreitamente com o comissário da Saúde, Bem-Estar Animal, nomeadamente a fim de modernizar as regras em matéria de bem-estar animal, em consonância com os fatores científicos, ambientais, económicos e sociais.

No que diz respeito ao desperdício alimentar, se a minha indigitação for confirmada, juntamente com o comissário do Ambiente e o comissário da Saúde, Bem-Estar Animal, estou empenhado em acelerar os progressos da UE rumo ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 12.3, que consiste em reduzir o desperdício alimentar mundial a nível da venda a retalho e dos consumidores para metade e em diminuir as perdas alimentares até 2030, abordando a questão da integração do desperdício/perdas alimentares em todos os domínios de intervenção pertinentes, incluindo a agricultura. Apoiarei novas medidas que conduzam à redução do desperdício e das perdas alimentares.

Pergunta da Comissão das Pescas

9. Ao executar a sua pasta, como terá em conta a importância dos setores das pescas e da aquicultura da UE, o seu contributo para a soberania alimentar da UE e a proteção dos ecossistemas marinhos, tanto a curto como a longo prazo?

Os setores das pescas e da aquicultura são um pilar fundamental de muitas comunidades em todo o continente, desempenhando um papel crucial para a segurança alimentar, bem como para o emprego e a atividade económica em várias regiões.

Não obstante, importamos quase 70 % de todos os produtos da pesca e da aquicultura consumidos na UE. Apesar do seu enorme potencial, a produção aquícola europeia mantém-se relativamente baixa e estável.

Se a minha indigitação for confirmada, colaborarei estreitamente com o comissário das Pescas e Oceanos, a fim de assegurar que a Visão para a Agricultura e o Setor Alimentar tenha devidamente em conta a pesca e a aquicultura. Trabalharemos também em conjunto com o vice-presidente executivo responsável pela Coesão e Reformas, no sentido de melhorar a atratividade das zonas rurais e costeiras para as gerações atuais e futuras.

Para garantir a segurança alimentar, a UE deve promover um setor das pescas e da aquicultura competitivo, sustentável e resiliente e preservar a vitalidade das nossas zonas rurais, costeiras e fluviais. Devemos também ter em conta que os nossos mares são fortemente afetados pelo que acontece aos solos. Por exemplo, as perdas de nutrientes prejudicam tanto a agricultura como os oceanos, implicando custos para a pesca e o turismo. Acredito convictamente que devemos optar por uma abordagem holística do sistema alimentar em geral, tendo em conta tanto a agricultura como as pescas e a aquicultura.
Os consumidores desempenham um papel fundamental no acompanhamento desta transição e o preço continua a ser um fator essencial nas suas decisões de consumo. É importante criar um ambiente propício adequado, em que as práticas mais sustentáveis sejam recompensadas pelo mercado. A informação aos consumidores continua a ser um domínio em que a prossecução dos trabalhos contribuirá para uma transição harmoniosa para a sustentabilidade: devemos colaborar em vários domínios, por exemplo, para tornar mais pormenorizada a rotulagem relativa à origem.